



Clipping Nacional de EDUCAÇÃO

Brasília, 10 de Outubro de 2019

Vetado atendimento de psicólogo em escola pública

O presidente Jair Bolsonaro vetou integralmente a proposta que garantia atendimento por profissionais de psicologia e serviço social aos alunos das escolas públicas de educação básica. O PLC 60/2007 (PL 3.688/2000, na Câmara) foi aprovado em setembro pelos deputados, na forma de um substitutivo do Senado.

Depois de ouvir os Ministérios da Educação e da Saúde, a Presidência da República vetou o projeto, argumentando que há inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público.

“A propositura legislativa, ao estabelecer a obrigatoriedade de que as redes públicas de educação básica disponham de serviços de psicologia e de serviço social, por meio de equipes multiprofissionais, cria despesas obrigatórias ao Poder Executivo sem que se tenha indicado a respectiva fonte de custeio, ausentes ainda os demonstrativos dos respectivos impactos orçamentários e financeiros, violando assim as regras do artigo 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como

dos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal e ainda do artigo 114 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 (Lei 13.707, de 2018)”, diz a justificativa do veto.

Pela proposta do ex-deputado José Carlos Elias, equipes deveriam atender estudantes dos ensinos fundamental e médio, buscando melhorar o processo de aprendizagem e das relações entre alunos, professores e a comunidade. O texto estabelecia que os alunos deveriam ser atendidos em parceria com o SUS.

LDO proíbe cortar verbas da Educação

Por Ribamar Oliveira

Orçamento da União está cada vez mais engessado

Caminhando em direção contrária à política dos “três Ds” formulada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, os deputados e senadores acabam de tornar ainda mais difícil a execução do Orçamento da União pelo governo. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2020, aprovado ontem pelo Congresso Nacional, ampliou de 63 para 88 o número de ações e programas que não podem sofrer contingenciamento em suas dotações.

Os parlamentares fizeram dois movimentos nesta área. Eles excluíram do contingenciamento as despesas com todas as ações vinculadas à função Educação. Ou seja, não serão apenas as dotações do Ministério da Educação que estarão preservadas em 2020, mas todas as numerosas ações na área educacional realizadas por vários ministérios.

O Orçamento da União está cada vez mais engessado

A proibição da LDO ocorre depois das fortes reações populares contra o contingenciamento realizado neste ano no Ministério da Educação, que teve suas dotações reduzidas, inicialmente, em R\$ 5,8

bilhões. Posteriormente, as verbas foram parcialmente repostas. No fim do mês passado, o governo anunciou o desbloqueio de R\$ 1,99 bilhão para o ministério.

Também não serão atingidas pela tesoura do corte, de acordo com a LDO, as verbas destinadas às ações para desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. O Ministério da Ciência e Tecnologia foi um dos mais atingidos pelo contingenciamento neste ano, quando teve suas dotações reduzidas em 42%. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDTC) teve mais de 80% de seus recursos reduzidos. A LDO proíbe que o mesmo ocorra em 2020.

As pesquisas têm mostrado que a segurança é uma das principais preocupações da população. Talvez em decorrência disso, os parlamentares excluíram dos cortes as dotações destinadas à segurança pública, entendidas as verbas para as polícias federal, rodoviária federal e ferroviária federal e aos órgãos pertencentes ao Plano Nacional de Segurança Pública.

O presidente Jair Bolsonaro poderá vetar a proibição da LDO de contingenciar as dotações das áreas de educação, ciência e tecnologia e segurança pública, mas abrirá, certamente, um debate político em

ano eleitoral que os seus aliados provavelmente não estarão dispostos a enfrentar. Por isso, o risco que o presidente corre é ter o seu eventual veto a esta proposta da LDO derrubado pelo plenário do Congresso Nacional.

Em outro movimento, os parlamentares incluíram, pela primeira vez, quase todos os investimentos a serem realizados pelas Forças Armadas na relação de despesas ressalvadas do contingenciamento. Com a LDO em vigor, o governo não poderá cortar, por exemplo, as dotações destinadas à aquisição de aeronaves de caça e sistemas afins, o programa de desenvolvimento de submarinos (Prosub) e o programa nuclear da Marinha (PNM). Até as dotações para a aquisição do blindado Guarani pelo Exército e as verbas para o desenvolvimento do cargueiro tático militar KC-X não poderão sofrer contingenciamento.

Em 2020, a União está proibida de cortar as dotações incluídas no Orçamento para aumento de capital de empresas estatais não dependentes, como a Eletrobras.

Com as mudanças feitas pela LDO, a execução orçamentária ficou mais difícil porque, se houver frustração da receita prevista no Orçamento de 2020 e o governo for obrigado a contingenciar as despesas para cumprir a meta fiscal do ano,





não poderá cortar as dotações de mais 15 ações e programas, que passaram a ser classificados como “despesas ressalvadas do contingenciamento”. O universo das despesas passível de corte foi bastante reduzido, dificultando a vida do ministro Guedes e de sua equipe.

O ministro da Economia tem defendido a política dos “3Ds”, ou seja, uma diretriz que prevê desvincular as dotações orçamentárias, desindexar da inflação os benefícios concedidos pelo Estado e desobrigar o governo a realizar gastos. As últimas decisões do Congresso vão em sentido contrário.

Em junho, os parlamentares aprovaram a emenda constitucional 100, que torna um dever da administração executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.

Como o texto ficou confuso, dando margem à interpretação de que o governo teria que executar o Orçamento aprovado mesmo sacrificando a meta fiscal do ano ou o limite fixado para a despesa, os senadores e deputados aprovaram, no fim de setembro, a emenda constitucional 102, que estabelece que o dever da administração é de executar apenas as despesas primárias discricionárias (investimentos e custeio da máquina pública).

Ora, se as despesas discricionárias passaram a ser de execução obrigatória, todo o Orçamento será obrigatório. Pois além dos gastos discricionários, existem os obrigatórios, determinados por dispositivos constitucionais ou por legislações específicas. A emenda 102 determinou, no entanto, que as despesas discricionárias poderão ser contingenciadas para o cumprimento da meta fiscal do ano ou para o cumprimento do teto de gastos.

O país passará a viver, portanto, com nova realidade orçamentária. O Orçamento aprovado pelo Congresso terá, a partir do próximo ano, de ser executado como foi aprovado por deputados e senadores. A margem do Executivo para mudar as programações será muito menor do que no passado. A diferença em relação aos países mais desenvolvidos, no entanto, será que, no Brasil, o Orçamento é por demais engessado, com as despesas anuais sendo definidas não pelo Parlamento, mas por dispositivos constitucionais, por legislações específicas e por outros atos normativos.

O engessamento aumentará ainda mais em 2020, com a decisão dos parlamentares de elevar as despesas ressalvadas do contingenciamento.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E - m a i l :
ribamar.oliveira@valor.com.br

Ser eleva número de alunos e ação sobe 10,8%

Na bolsa, os papéis fecharam o dia de ontem com avanço de 10,80%, a R\$ 23,40, a maior cotação desde 29 de agosto. O volume financeiro somou R\$ 65,4 milhões, acima dos R\$ 5,8 milhões negociados na terça-feira

Por Ivan Ryngelblum e Raquel Brandão — De São Paulo

As ações da Ser Educacional fecharam o pregão de ontem em alta de mais de 10% e com o maior giro financeiro desde setembro de 2017. A empresa havia informado pela manhã que sua base de alunos no terceiro trimestre cresceu 10,2%, em relação a igual período de 2018.

Os papéis fecharam o dia com avanço de 10,80%, a R\$ 23,40, a maior cotação desde 29 de agosto. O volume financeiro somou R\$ 65,4 milhões, acima dos R\$ 5,8 milhões negociados na terça-feira. É o maior giro financeiro da ação desde 18 de setembro de 2017, quando somou R\$ 71,6 milhões.

Segundo a Ser, o crescimento na captação de alunos ocorreu com a decisão de antecipar o prazo para receber novas matrículas. A empresa citou melhor perspectiva de desempenho econômico para o segundo semestre de 2019, em especial no Norte e no Nordeste, onde a Ser tem forte atuação.

O analista do BTG Pactual Samuel Alves diz que a empresa é uma das mais interessantes no setor de educação superior, especialmente pelo impulso gradual ao ensino a distância. Ele estima que a base de alunos a distância deve dobrar de tamanho em três anos.

O grupo Ânima, na terça-feira, reportou queda de 0,3% na captação de alunos no segundo semestre de 2019 ante 2018, para 15,3 mil. Segundo o Bradesco BBI, parte dessa queda se deve à estratégia da empresa de não apostar fortemente no ensino a distância.





Ser Educacional ON

Cotação dia a dia - R\$/ ação



Variação no dia: **10,80%** ↗

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Como reinventar o ensino na era digital



Martin Boehm, reitor da IE Business School, interage com estudantes na sala de aula virtual chamada Wow, que mostra alunos de diferentes nacionalidades, ao vivo, em 48 telas dispostas lado a lado, participando das classes em seus países — Foto: Divulgação

educação em todas as etapas da vida. Para os profissionais, na iminência da automação e da substituição de suas funções por máquinas e robôs, a tecnologia se tornou fundamental para facilitar o acesso e também para despertar o gosto pelo o que se convencionou chamar de ensino para a vida toda (lifelong learning).

Especialistas falam sobre os desafios tecnológicos para profissionais, professores e companhias

Por Stela Campos — De Madri

A partir do ano que vem, o holograma de um professor pode estar ensinando estudantes, de diferentes países, em um sala de aula virtual, onde eles ficam posicionados em 48 telas, que juntas formam uma grande painel, como no cinema. Suas reações são captadas e analisadas em tempo real para que a efetividade do que está sendo ensinado possa ser medida e quantificada. Muita gente distraída e com sono, por exemplo, pode ser um sinal de que o professor não está conquistando a devida atenção.

Em um outro experimento, um aluno coloca um óculos de realidade virtual e é transportado para um auditório com 10 ou 10 mil pessoas

para testar sua habilidade em apresentações. A reação da plateia também é analisada e transformada em dados, assim como os trejeitos do orador, que pode depois observar a performance gravada de seu avatar para melhorar o desempenho.

A sala de aula virtual se chama Wow e funciona na Universidade IE, em Madri (ES). O holograma do professor convidado, que vai poder estar do outro lado do continente, está nos planos da instituição para o próximo ano, assim como o uso de realidade virtual para o treino de apresentações em público. Esses são apenas alguns exemplos de como o uso da tecnologia cresce no ensino no primeiro mundo. Em outros países, os avanços nas escolas e universidades são mais rudimentares, mas também estão acontecendo.

A tecnologia está influenciando a maneira de ensinar e aprender no mundo, criando desafios para a

Essa foi a base das discussões que aconteceram na conferência EnlighED- Reinventando a educação em um mundo digital, que aconteceu em Madri e reuniu 55 especialistas, de diversas partes do mundo, para falar sobre suas experiências como educadores, empresários e governantes ligados ao ensino. O encontro, organizado pela Universidade IE e pelas Fundações Telefónica e Santillana, aconteceu em paralelo ao South Summit, evento de inovação que reuniu 580 startups, de 70 países, e pelo qual passaram mais de 20 mil pessoas.

“Para uma economia digitalizada precisamos de uma educação digitalizada com novos currículos”, disse a ministra da educação da Espanha, Isabel Celaá. Até 2022, ela lembra que, segundo o Fórum Econômico Mundial, 50% das empresas vão reduzir sua força de trabalho por conta da automação, portanto, é preciso ver quais funções serão demandadas e trabalhar para





a construção dessas novas habilidades.

A necessidade de se qualificar ou requalificar é igual para todos em um mundo em transformação e a tecnologia é parte desse processo. Mas no ensino de adultos, ao invés de estar democratizando as possibilidades de aprendizado, ela pode estar aprofundando as diferenças. “Esperávamos que a tecnologia deixasse os sistemas mais inclusivos, mas ela está criando divisões. Pessoas altamente qualificadas usam os recursos disponíveis nos Massive Open Online Courses (Moocs), por exemplo, para aumentar ainda mais suas capacidades, enquanto em países com baixas habilidades, as pessoas não são motivadas a se engajar em nenhum tipo de aprendizado”, diz Montserrat Gomendio, head do Center for Skills da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Montserrat diz que sua instituição está otimista em relação ao futuro das profissões e prevê que, nos próximos anos, apenas 14% dos empregos serão efetivamente extintos e 32% serão transformados. As pessoas vão precisar melhor o nível de suas habilidades para conseguir emprego. “Elas deverão ter um pensamento crítico, saber resolver problemas complexos, ter adaptabilidade e serem mais criativas”, diz.

Mas essas habilidades podem e devem ser aprendidas desde a infância, o que significa incluir as chamadas soft skills na pré-escola. Em países em desenvolvimento,

como os da América Latina, onde ainda há muito o que fazer no ensino básico esse parece um desafio enorme. “No Brasil, estamos no fim da lista do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), ainda temos muitas crianças que não sabem ler ou escrever, mas ao mesmo tempo, temos que desenvolver as habilidades do século 21 porque o mundo não vai esperar por nós. Existe um senso de urgência já que a desigualdade só vai crescer”, alerta Claudia Costin, do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas.

Rebeca Grynspan, secretária-geral da Secretaria Geral Ibero-americana (Segib), lembra que na AL o número de alunos com acesso à universidade dobrou nos últimos anos, mas isso não significa que eles recebem um ensino de qualidade. “Dois em cada três jovens fazem parte da primeira geração que teve acesso à educação, mesmo assim existe uma alta taxa de evasão escolar”, diz. Para ela, todo o ecossistema da educação precisa mudar porque a sociedade responde mais rápido às mudanças tecnológicas do que as instituições.

Rebeca cita o exemplo do Brasil, que tem mais de 100 milhões de usuários no Facebook, e que isso não se traduz no crescimento do ensino on-line. “Precisamos falar de inovação aberta, ter propostas de integração regional e criar um programa como o Erasmus (plano de ação da Comunidade Europeia para a mobilidade de estudantes universitários), que viabilizou o ensino entre países na Europa”.

O presidente do Santander Universidades, Matías Rodríguez, que investiu mais de • 1,7 milhão na AL desde 2002, diz que é importante que se incremente o financiamento na região com bolsas de estudo. “Parece que para a política, o investimento de curto prazo prevalece porque é difícil dar atenção a algo que terá efeito em 20 anos.”

Em outros continentes, países que já despertaram para a urgência da educação, para a manter sua competitividade em um mundo digitalizado, já estão colhendo frutos. “Cingapura sempre tem os melhores resultados no Pisa, hoje está sete anos na frente do pior colocado. Um diferencial é que lá os professores passam mais tempo estudando na academia do que dando aulas”, diz Montserrat, da OCDE.

Para poder preparar os alunos, os professores também precisam desenvolver as habilidades requeridas para o século 21. Uma tarefa dos governos e das instituições de ensino. Em muitos países, os educadores até recebem ferramentas tecnológicas para suas classes, mas não são treinados para melhor incorporá-las na sala de aula.

“O aprendizado acontece com treino e experimentação, é preciso ter espaços para que os professores tenham contato com as novas tecnologias. Temos que criar o “learning by doing” para eles”, diz Lucia Dellagnelo, presidente do Centro de Inovação para Educação Brasileira (CIEB). Ela diz que os professores precisam entender o que significam os algoritmos por trás do Facebook ou as implicações legais





do ciberespaço para responder aos alunos. “Tudo é muito novo, todos temos o que aprender.”

Para Esther Wojcicki, criadora do método “Moonshot”, que foi introduzido para 700 crianças em Palo Alto, no Vale do Silício (EUA), os professores devem ensinar aos estudantes como extrair informações úteis da tecnologia. Ela diz que os educadores do século 21 são mentores e os alunos devem ser protagonistas para descobrirem o gosto pelo estudo e se transformarem em aprendizes para vida toda. “Os adolescentes precisam de 20% do tempo de aula, ou um dia por semana, para desenvolver um projeto próprio, algo que seja importante para eles.”

Orlando Alaya, consultor de inovação e ex-vice-presidente para mercados emergentes da Microsoft - que foi por anos parte do grupo de executivos mais próximos a Bill Gates -, diz que os novos modelos de ensino, onde a inteligência artificial (IA) pode dar conta das tarefas mais entediantes como corrigir provas, os professores vão ter mais tempo para fazer experiências que realmente importam com os estudantes. “Quando uma IA lê a reação do aluno, ela ajuda quem está dando aula”, diz.

Mas nenhuma IA dá conta do ensino sozinho. Mesmo com todos os avanços em machine learning, em um mundo no qual as pessoas precisam aprender a se relacionar para resolver problemas complexos, a importância do lado humano é indiscutível. Para Fredrik Lindgren, CEO da escola sueca

Kunskapsskolan, cuja metodologia prevê a individualização do ensino desde a infância, na era digital é preciso usar as novas ferramentas para ter mais tempo livre para se comunicar com os alunos. “Assim podemos ter um relacionamento de qualidade”, diz.

A personalização do ensino é um dos benefícios da tecnologia. No ensino superior e profissional, os cursos on-line abriram a possibilidade de se escolher o quê e como estudar. Simon Nelson, CEO da Future Learn, plataforma de educação digital fundada há seis anos, que reúne cursos gratuitos de grandes universidades, lembra que quando os Moocs foram criados muitos achavam que seria um modismo e que eles iriam desaparecer, o que não aconteceu.

“Para suprir a demanda do mercado até 2030, precisaríamos criar 14 novas universidades por semana para atender 25 mil alunos, o que é impossível. Portanto, o aprendizado deve estar no mobile e ser flexível para que se possa aprender em qualquer lugar”, diz Nelson.

MarKus Witte, criador e CEO do Babbel, aplicativo de ensino de idiomas on-line, diz que o segredo para atrair alunos é fazer uma conexão entre o que eles aprendem e o seu dia a dia. “Quando começamos em 2008, pensamos em fazer um programa de línguas simples, com aquilo que a pessoa vai usar em uma conversa na rua”. Mas ele sabe que em algum momento seu estudante vai querer falar com alguém de carne e osso. “As escolas de

idiomas tinham medo que roubássemos seus alunos, mas nós apenas os preparamos para ter outro tipo experiência depois em uma sala de aula tradicional”.

Cada vez mais o empenho pessoal na busca por conhecimento vai ser necessário, mas as empresas e os governos devem ajudar a incrementar esse aprendizado. O setor de educação sozinho não consegue ensinar e treinar as novas habilidades na velocidade que o mercado de trabalho demanda. “É preciso aumentar os investimentos por parte dos governos e da sociedade para que mais escolas estejam preparadas para fazer isso”, diz Santiago Iñiguez, presidente da Universidade IE.

Iñiguez diz que para serem inovadoras, experimentais e disruptivas, as escolas precisam também ser menos reguladas. “O melhor caminho seria criar sistemas de acreditação internacionais”, diz. Mas ele ressalta que novos meios de certificação devem incluir escolas recentes e não apenas as já reconhecidas.

Para ele, o uso da tecnologia no ensino é positivo, assim como o uso de algoritmos na seleção de profissionais. O único cuidado ao apostar no machine learning é se certificar de que os criativos e inovadores não ficarão de fora de suas seleções. “Beethoven era surdo e por um critério mais específico poderia ter sido excluído por não ter o perfil indicado para seguir a carreira musical.”

A jornalista viajou a convite da Universidade IE

Não dá para dizer: matemática não é para mim

Mais de 70% dos novos empregos vão precisar de habilidades de ciências, tecnologia, engenharia e matemática

Por Stela Campos — De Madri

Talvez Tim Cook, CEO da Apple, tenha exagerado quando disse que saber codificar será mais importante do que falar inglês no futuro, mas as disciplinas ligadas aos STEM—sigla em inglês que se refere ao estudo de ciências, tecnologia, engenharia e matemática—certamente ganharam importância em um mundo cada vez mais digitalizado. Calcula-se que 75% dos novos empregos vão precisar de habilidades STEM.

Apenas na Europa, 750 mil empregos digitais não conseguem ser preenchidos e 40% dos empregadores reclamam que não encontram profissionais com as habilidades que procuram nessas áreas. “É preciso derrubar os estereótipos que cercam essas disciplinas”, disse Andrew Meltzoff, co-diretor do Institute for Learning & Brain Sciences da Universidade de Washington, que participou da conferência EnlightED, em Madri, que reuniu 55 especialistas para discutir o futuro da educação na era digital.

Meltzoff diz que ainda hoje os jovens acreditam que quem segue carreira em matemática tem que ser um prodígio ou nascer com um talento natural. “Eles não percebem como algo que se treina e se desenvolve”. Outro ponto que afasta os jovens das STEM é que para eles as carreiras nessas áreas aparentemente não têm um impacto social. “Eles querem trabalhar em equipe, são altruístas e não enxergam como fazer isso nessas disciplinas.”

Adam Seldow, diretor de educação do Facebook, diz que existem muitos programas interdisciplinares que envolvem dados e ciências. “Não é aceitável hoje alguém dizer: matemática não é para mim”, afirma. Muitas disciplinas de humanas se cruzam com as de STEM. “Quando falamos de genética, máquinas autônomas, em algum momento vai ser preciso tomar decisões que envolvem julgamento moral e ético e eu não acredito que isso possa ser feito por máquinas, mas pelos estudantes”, diz Meltzoff.

Seldow diz que as vagas em aberto no Facebook no mundo estão relacionadas a inteligência artificial, codificação, machine learning e ciência de dados. “Estamos agora investindo em realidade virtual e realidade aumentada (que coloca objetos virtuais no mundo real), então vamos precisar de especialistas

em design em 3D, mapping e outras funções específicas para as quais é difícil encontrar profissionais preparados”. Nos EUA, desde 2010, a cada ano, vem sendo criados 200 mil novos empregos relacionados à tecnologia.

Além de atrair estudantes para as carreiras ligadas à tecnologia é preciso formar gestores para lidar com esse novo ambiente de transformação digital. Esse é o objetivo do novo TechMBA, que está sendo lançado pela IE Business School. Voltado especificamente para quem já tem uma bagagem de três a quatro anos em áreas de STEM mas quer adquirir habilidades de gestão para navegar no mundo digital, o curso terá um ano de duração e é o primeiro MBA na Europa direcionado para a tecnologia.

“Até 2030, vamos precisar de 4,3 milhões de profissionais digitais para as áreas de telecom e alta tecnologia e 10,7 milhões para as fintechs. Até o ano que vem, prevemos que 100 mil empregos relacionados a dados serão criados apenas na Europa, por isso temos que olhar para esse futuro”, diz José Esteves, reitor associado do TechMBA.

Excepcionalmente hoje não publicamos a coluna Rumo Certo

Procuradoria pede que MEC refaça consulta pública do Future-se

Paulo Saldaña

BRASÍLIA O Ministério Público Federal (MPF) ingressou na terça-feira (8) com uma ação civil pública na Justiça para que o MEC (Ministério da Educação) realize nova consulta pública sobre o Future-se, programa da gestão Jair Bolsonaro (PSL) que prevê iniciativas de fomento ao financiamento privado nas universidades federais e atuação de organizações sociais.

Em julho, o MEC abriu uma consulta online para receber sugestões sobre a proposta que será encaminhada para o Congresso Nacional. O MPF concluiu que o procedimento não cumpriu os requisitos legais mínimos e que, por isso, uma nova consulta deve ser realizada antes que o governo encaminhe o projeto.

A ação civil é assinada pelo procurador regional dos Direitos do Cidadão no Rio Grande do Sul, Enrico Rodrigues de Freitas.

As irregularidades, segundo o MPF, incluem a ausência de estudos e material técnico que fundamentem a proposta e a falta de prévia divulgação de documento convocatório. A Procuradoria também ressalta que a consulta foi realizada por uma organização social, sem contrato estabelecido, embora a legislação determine que consultas públicas sejam efetuadas pelo poder

público em todas as etapas.

Em consequência disso, também consta na ação pedido para suspender uma portaria, de 30 de setembro, que criou um grupo de especialistas jurídicos para discutir e consolidar as propostas recebidas pelo MEC.

Realizada até 29 de agosto, a consulta recebeu mais de 55 mil inscrições, o que gerou 20 mil contribuições, segundo dados divulgados pelo MEC. A consulta não ficou hospedada em site vinculado à pasta, mas, sim, a uma organização social chamada Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.



Algumas das medidas do programa Future-se

- Contratação de organizações sociais para gerir parte de universidades
- Fundo para venda e concessão de imóveis terá verba revertida às instituições
- Utilização da Lei Rouanet para a captação de renda para museus e bibliotecas

A realização prévia de consulta pública para a definição de projetos legislativos é facultativa ao Executivo. No entanto, a ação ressalta que, uma vez que o MEC se propôs e divulgou a realização de uma consulta, o órgão deve seguir as exigências legais que tratam do tema.

“A consulta pública visa conferir legitimidade pela participação popular a uma proposta de alteração legislativa, geralmente de grande impacto, como a do caso em tela. Para que se atribua tal legitimidade, de fato, a uma proposta, seu resultado precisa ser fidedigno, e para tanto, há de se observar um procedimento regular”, cita a ação.

A medida não tem objetivo de debater o mérito, legalidade e constitucionalidade do programa, segundo o texto.

Após questionamentos do MPF sobre o atendimento das exigências, o MEC disse que se trata de uma “pré-pesquisa”, o que é questionado pela Procuradoria.

“Descabe tampouco ao poder público alterar a sua denominação em momento posterior a sua realização, para chamá-la de pré-consulta (figura inexistente nos normativos, diga-se), de forma a buscar furtar-se ao cumprimento dos procedimentos legais e regulamentares”, diz a ação.

Apresentado em julho, o Future-se prevê a criação de





fundos financeiros que facilitariam o ingresso de dinheiro provado nas instituições. A proposta não conta até agora com consenso entre os reitores das universidades federais.

Parte deles questiona o foco dado às organizações sociais e, posteriormente, às fundações previsto no projeto. Também apontam riscos de o programa acentuar desigualdades entre grandes e pequenas instituições.

Segundo o MEC, as organizações sociais teriam maior flexibilidade por estarem sujeitas às amarras do orçamento e ao regramento de contratação via regime jurídico único. Reitores temem enfraquecimento dos colegiados internos.

O Future-se também foi alvo de protestos em várias cidades do país no dia 13 de agosto. A proposta surgiu em meio ao contingenciamento de orçamento que atingiu as universidades — parte do dinheiro bloqueado foi liberado no mês passado.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, não tem poupado as universidades de críticas. Segundo ele, o programa vai permitir a autonomia financeira das instituições e o MEC não irá tirar recursos das universidades que não aderirem ao modelo — mas não também não haverá incremento.

Questionado pela *Folha*, o MEC informou na tarde desta quarta-feira (9) que pretende fazer uma consulta pública levando em conta o que prevê a legislação, mais especificamente o decreto 9.191 de 2017, que trata do tema.

“Só depois disso, o projeto de lei será encaminhado ao Congresso Nacional.” Não há informação sobre quando seria essa nova consulta e qual data planejada para o envio do texto ao parlamento. A pasta não respondeu sobre os trabalhos do grupo de especialistas jurídicos, cuja portaria de criação também é objeto de pedido de suspensão.

Lei que previa atendimento de psicólogo na rede escolar é barrada por Bolsonaro

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (PSL) vetou integralmente uma lei aprovada no Congresso que garantia atendimento por profissionais de psicologia e de serviço social a estudantes de escolas públicas de educação básica.

O presidente argumenta no veto que a lei é inconstitucional e contraria o interesse público. Isso porque, segundo ele, a lei criaria despesas obrigatórias ao Poder Executivo, sem que se tenha indicado a respectiva fonte de custeio.

O veto foi publicado nesta quarta (9) no Diário Oficial da União. A Presidência ouviu os Ministérios da Educação e da Saúde, que também se manifestaram a favor do veto.

Pela proposta, equipes com profissionais dessas áreas deveriam compor as equipes das secretarias — não havia previsão de contratação de profissionais em todas as escolas.

O projeto havia sido aprova-

do no Congresso em setembro. As redes de ensino teriam um ano para se adequar à nova legislação.

O deputado Idilvan Alencar (PDT-CE) diz que já há articulação no Congresso para discutir a derrubada do veto.

“Acho que eles não entenderam, isso entraria tranquilamente no orçamento da rede de proteção articulada entre os governos”, diz. “O governo insiste no discurso para combater suicídio e veta o que poderia ajudar.”

O texto coloca como foco os estudantes dos ensinos fundamental e médio. Esse atendimento seria direcionado à melhoria da aprendizagem e da relação entre estudantes e professores.

Entidades dos setores de educação, serviço social e psicologia mantinham apoio ao texto. O projeto de lei entrou na pauta de votação após articulação do Conselho Federal

de Psicologia e de outras entidades de profissionais da área.

Além disso, a tramitação do projeto no Congresso ganhou impulso depois do massacre na escola Raul Brasil, em Suzano (SP), em março deste ano, quando intensificaram-se debates na sociedade sobre a necessidade de atendimento psicológico nas escolas.

Em debates, deputados chegaram a citar o episódio, contrapondo a medida a ideias como a de armar professores.

A presença de psicólogos nos sistemas de ensino é apontada como uma das formas de combater casos de bullying, além de evitar, ou mesmo atuar, em casos como o de Suzano.

Depois do ataque na cidade da Grande São Paulo, mais de mil pessoas afetadas direta ou indiretamente pela tragédia esperaram para serem atendidas pelos 14 psicólogos da rede municipal de saúde de Suzano. **PS**

Veto a psicólogo em escola

O presidente Jair Bolsonaro vetou integralmente o Projeto de Lei Complementar (PLC) 60/07 — PL 3.688/00 na Câmara dos Deputados +, que exigia serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica do país. Na justificativa, destacou que a proposta “cria despesas obrigatórias ao Poder Executivo, sem que se tenha indicado a respectiva fonte de custeio”.

Ainda na fundamentação ao veto, considera que o projeto é ausente de “demonstrativos dos respectivos impactos orçamentários e financeiro”. A decisão do presidente foi corroborada pelos ministérios da Saúde e da Educação.

Bolsonaro sustentou o veto ao dizer que a proposta do parlamento viola uma série de normas, como o artigo 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que diz que “a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser

acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro”.

Além disso, o presidente argumentou que não foram respeitados os artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal e o artigo 114 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019. O último diz que “as proposições legislativas e as suas emendas, que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa da União, deverão estar acompanhadas de estimativas desses efeitos no exercício em que entrarem em vigor e nos dois exercícios subsequentes”.

Para restabelecer o projeto, o veto presidencial tem de ser analisado em até 30 dias por deputados e senadores, em sessão conjunta, e deve receber os votos da maioria da Câmara (257 deputados) e do Senado (41 senadores). Derrubado, caberá ao próprio Bolsonaro a promulgação.

Terra: Bolsa Família "só mata a fome"

Depois que o Ministério da Cidadania divulgou que cobrará R\$ 5,8 milhões do Bolsa Família pagos indevidamente a ex-beneficiários, o ministro Osmar Terra disse que o programa não reduz a pobreza, apenas “mantém as pessoas sem passar fome”. Segundo ele, só é possível que as famílias mudem de situação pela criação de programas que gerem emprego e renda.

“Chegamos a ter 16 milhões de famílias precisando do Bolsa Família. Saiu de 5 milhões em 2005 para 16 milhões em 2015, somando a fila de espera”, disse, durante evento que lançou vídeos para surdos, mudos e cegos em parceria com o Centro de Integração Escola Empresa (CIEE).

Segundo o ministro, atualmente o programa atende mais de 13,5 milhões de famílias, com cerca de R\$ 2,5 bilhões por mês. Mensalmente, o Bolsa Família beneficia famílias com renda por indivíduo de até R\$ 85 e entre R\$ 85,01 e R\$ 170. Mas trata-se de um paliativo, pois, como ressaltou, somente pelo

desenvolvimento econômico é que se aumentará a riqueza do país e a renda das famílias.

Sobre o recebimento indevido do benefício, Terra observou que 5,1 mil pessoas receberão cartas com a Guia de Recolhimento da União a fim de que ressarçam os cofres públicos. O Ministério da Cidadania concederá 30 dias de prazo para quem estiver na lista se defender e, eventualmente, se livrar da cobrança.

Quem não pagar será inscrito no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal (Cadin) e no sistema de cobrança do Tribunal de Contas da União (e-TCE). A inclusão implica em limitações para empréstimos, financiamentos, abertura de contas e outros. Em 2018, foi recuperado aproximadamente R\$ 1 milhão aos cofres da União com a primeira cobrança dos recebimentos indevidos.

* Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

A tecnologia como agente transformador da educação

» SYLVIA DE MORAES BARROS

CEO da The Kids Club, membro do Conselho (Board of Trustees) da escola Lake Forest Academy e coordenadora do Comitê de Educação da ABF

O termo blended learning, ou ensino híbrido, tem sido pautado como a evolução do modo de ensinar. A expressão, que significa disponibilizar ao aluno parte das aulas de maneira presencial e outra, de modo remoto, explorando o uso de aplicativos e recursos on-line, é também uma possibilidade de usar a força da internet para escalar o aprendizado personalizado. Enquanto no ensino presencial o professor está pessoalmente na sala de aula, expondo o conteúdo e interagindo com os alunos, momento essencial para o processo de aprendizado, mas nem sempre viável àqueles alunos que não têm tempo para estar lá, no ensino híbrido, é possível usar o tempo de maneira mais produtiva, transferindo parte da dedicação à internet. Assim, professor e aluno podem estar conectados, ensinando e aprendendo por meio de plataforma on-line, sem precisar sair de onde estão.

Embora as promessas que rondam essa nova forma de lecionar sejam bastante positivas, por facilitar a participação de mais alunos nas aulas, é preciso ter bem claro que o professor segue insubstituível. Cursos 100% on-line, nos quais não há a interação presencial com um professor pelo menos durante parte da carga horária, tendem a ter um alto nível de desistência, pois não há engajamento e o aluno tem mais dificuldade em ver seu progresso. Porém, a fórmula que combina parte

do ensino presencial, em sala de aula com um professor e outros alunos, e parte do processo de forma remota, seja por meio de exercícios práticos, seja até de aulas on-line, é hoje o formato ideal para que alunos com restrições de tempo e de dedicação possam participar das aulas, aprender e concluir seus cursos. É um modelo de ensino, portanto, que veio para ficar.

Quando se trata de crianças, porém, há algumas diferenças. Para as crianças da primeira infância, que procuram na imagem do professor alguém em quem possam confiar e se apoiar ao longo do período escolar, a interação presencial é ainda mais necessária e imprescindível para o desenvolvimento de suas habilidades. Nesse caso, a sugestão é inserir a tecnologia em sala de aula por meio do uso de recursos como lousa interativa, aplicativos com jogos e atividades complementares e aulas no computador, orientadas sempre por um professor. O que motiva o aluno do público infantil a querer aprender é a curiosidade e a ludicidade das aulas.

Se o professor resolve explorar um tema, como animais exóticos, por exemplo, para ensinar o vocabulário e algumas estruturas gramaticais que podem ser usadas para descrevê-los, é possível trazer para a sala de aula um vídeo sobre curiosidades, mostrando cada um em seu habitat e abrindo uma excelente oportunidade

para debate. É usar a tecnologia como um aliado para que os alunos entrem em contato com pessoas de outras nacionalidades e façam entrevistas ao vivo para o aprendizado de perguntas e respostas do dia a dia. A gamificação, outra ótima opção, também pode ser usada como um poderoso recurso para o aluno estudar em casa, sem depender de um adulto, possibilitando complementar o aprendizado de sala de aula e se divertir ao mesmo tempo.

O uso de tecnologia em sala de aula facilitou muito o aguçamento da curiosidade e a exposição do aluno a conteúdos relevantes, assim como a disponibilização de aplicativos para todos os níveis; portanto, deve ser usada como aliada no processo educacional, uma ferramenta a mais que o professor tem a disposição para aumentar a motivação e o engajamento dos alunos. Nesse cenário, cabe ao educador se atualizar, uma vez que o perfil da criança e o jovem do século XXI é muito diferente dos de outrora: são menos pacientes por serem expostos a um excesso de informação e estímulos, o que dificulta a atenção e a motivação. Por isso, é essencial que o educador esteja a par das tecnologias disponíveis e traga para a sala de aula os recursos que melhor se adequam ao perfil e à faixa etária de seus alunos, de forma a criar um equilíbrio entre o uso da tecnologia e a interação com o professor, contribuindo para o aprendizado mais eficiente dos estudantes.

Militarização

Se fizermos uma pesquisa com a população do Distrito Federal sobre a proposta de militarização das escolas, acredito que teremos a aprovação da maioria da sociedade. A busca pela segurança e disciplina de nossos filhos, dos professores e funcionários das escolas é a motivação do clamor por esse novo formato das escolas.

É compreensível o sentimento, mas essa visão é imediatista e ataca a consequência e não a causa. A insegurança é fruto da desesperança das pessoas em função da falta de perspectivas de futuro, em que o desemprego tira a dignidade do cidadão. Sem emprego, sem esperança de dias melhores, podemos contratar quantos policiais quisermos, subir o muro das nossas casas, nada impedirá que a violência aconteça na comunidade.

Se pensarmos nesse tipo de escola para disciplinar, para dar segurança nas escolas, teremos que militarizar as famílias, tendo em vista o crescimento do feminicídio, e o ambiente de trabalho, porque a sensação de perigo bate forte em ambientes profissionais,

muitas vezes invadidos por quem quer praticar um ato de violência. A violência é consequência e não a causa da insegurança.

Precisamos atuar nas causas do que queremos corrigir para termos políticas públicas sustentáveis para o futuro.

Entendo a aprovação da sociedade pela militarização das escolas do Distrito Federal. Precisamos de resultados imediatos, é assim que reagimos a nossos problemas. Mas o governo precisa refletir de modo racional; precisa ter o discernimento para atuar na consequência dos problemas de insegurança, sabendo que o que vai resolver é a intervenção nas causas de vulnerabilidade de nossa comunidade. Apenas a dignidade do cidadão trará de volta a esperança de dias melhores para a nossa sociedade, e essa é a mudança que acredito que transformará essa e as próximas gerações.

VALDIR OLIVEIRA, superintendente do Sebrae no DF. Twitter: @antoniovaldir, Instagram: @antonio_valdir_oliveira_filho. Facebook :Valdir Oliveira

ASA SUL

Sem cadeiras e descredenciado

Colégio Militar Duque de Caxias não tem licença para funcionar, segundo Secretaria de Educação

MÁRCIA AMORIM E VÍTOR
MENDONÇA

redacao@grupojbr.com

Os alunos e funcionários da escola particular Colégio Militar Duque de Caxias (CMDC), da quadra 708/908 na Asa Sul, foram surpreendidos na manhã de ontem quando não encontraram as cadeiras das salas de aula ao chegarem para o dia letivo. Os móveis foram retirados pelo Instituto de Ensino Superior Planalto (Iesplan), que cede o espaço para a instituição de ensino básico. De acordo com a faculdade, esta foi uma forma de “chamar a atenção” da direção da escola pelas “depreciações e descasos” quanto ao trato com os materiais fornecidos pela instituição.

Em nota enviada aos pais ainda na manhã de ontem, a escola se posicionou. “Por uma circunstância contratual entre as partes, o CMDC da Asa Sul foi surpreendido por uma atitude unilateral do locador [Iesplan]. Pedimos desculpas pelo transtorno [...]”. De acordo com a nota, as aulas perdidas serão repostas pela instituição.

Ao **Jornal de Brasília**, o diretor adjunto da Iesplan, Terrance Hutchison, que fez o pedido de remoção das cadeiras, expôs documentos e esclareceu que a escola e a instituição firmaram um contrato, ainda em dezembro, de locação de salas de aula no período matutino





e vespertino. "Em janeiro, eles nos pediram para utilizar os móveis até que eles pudessem comprar. Nós permitimos com a condição de que eles fizessem a manutenção", afirmou.

No entanto, segundo Hutchison, o acordo firmado entre as partes não foi cumprido pela diretoria da rede CMDC na unidade em questão. Ainda conforme o diretor adjunto, até junho deste ano, ao levantarem quantos móveis tiveram danos, foram contabilizadas 174 cadeiras de sala de aula depreciadas. "A escola foi notificada via ofício em 10 de junho, mas não nos responderam e não tiveram ação nenhuma", disse.

Depois, outras duas notificações foram feitas sobre o mesmo assunto. Em 15 de agosto, a faculdade informou que faria a retirada das cadeiras "no prazo de 15 dias", caso a escola não se posicionasse a respeito. A terceira, em 20 de setembro, alegou que a remoção dos móveis seria feita em 72 horas. Ainda sem resposta, ontem "foi o estopim", segundo Hutchison, após novas tentativas de contato.

Sem credenciamento

O Colégio Militar Duque de Ca-



Alunos do colégio militar foram surpreendidos com a falta de móveis. As

**"AS ESCOLAS SEMPRE
COMEÇAM A LECIONAR SEM
O CREDENCIAMENTO.
ESTAMOS SEGUINDO O
PROCESSO NORMAL DE
TRAMITAÇÃO DOS
DOCUMENTOS, TANTO É QUE
NOSSOS ALUNOS ESTÃO
AUTORIZADOS E INSCRITOS
NOS EXAMES DO PAS"**

GILMAR GODOI DE SOUSA proprietário da escola

xias ainda não possui credenciamento pela Secretaria de Educação para lecionar. De acordo com o órgão, as escolas do Distrito Federal necessitam de dois documentos para atuar de forma plena: uma licença de funcionamento (administrativamente) e a autorização da atividade pedagógica (credenciamento na Secretaria).

De acordo com a Secretaria de Educação do DF, a instituição foi convocada em abril para prestar esclarecimentos quanto às pendências para funcionamento. "Tendo em vista que tais exigências não foram cumpridas, o processo encontra-se sobrestado (interrompido) para atendimento às diligências. Cabe esclarecer que o fato de ter um processo autuado não ampara o funcionamento da instituição, pois legalmente só pode haver matrícula após a finalização do processo de instrução e deliberação do Conselho de Educação do DF."

Escola diz que não há irregularidades

Após uma reunião, os diretores da faculdade Iesplan e os mantenedores da rede escolar CMDc chegaram a um consenso. Gilmar Godoi de Sousa, um dos donos da escola, explica que a questão das cadeiras já foi resolvida. "Amanhã (hoje) já teremos aulas normais, e vamos repor o que foi perdido. As questões contratuais foram resolvidas".

De acordo com ele, de fato houve uma reforma dos materiais feita nas férias deste ano pela faculdade. "Iremos arcar com estas despesas. O tempo que temos para as reformas, por dividirmos o espaço com a faculdade, se resume a do-

mingo, mas não encontramos efetivos suficientes para trabalhar nestes dias. Usaremos o feriado da próxima semana para melhorar a infraestrutura", disse.

Quanto ao funcionamento, ele afirma que a tramitação está difícil em decorrência da militarização das escolas no DF.

"As escolas sempre começam a lecionar sem credenciamento. Estamos seguindo o proces-

so normal de tramitação dos documentos, tanto que nossos alunos estão autorizados e inscritos nos exames do Programa de Avaliação Seriada (PAS)."

Colegio diz que vai usar o feriado da próxima semana para melhorar a infraestrutura



Em cerimônia, parlamentares defendem educação como pauta prioritária

Por Mariana Tokarnia -
Repórter da Agência Brasil
Brasília

Deputados e senadores chamam atenção para a necessidade de investimento em educação durante evento da Frente Parlamentar Mista da Educação, que ocorreu na tarde desta quarta-feira (9) no Congresso Nacional. “[A expectativa da Frente] é que o Congresso Nacional, que ainda não tem a educação como prioridade, o país, que não tem educação como prioridade, possa dizer que investir em educação significa investir em desenvolvimento, em economia, em garantia de emprego”, defende a presidente da Frente, Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO).

A Frente promove hoje o Dia de Mobilização pela Educação e propõe o uso da hashtag #EducaçãoNaFrente nas redes sociais. A intenção é,

no mês de outubro, que reúne datas como o dia das crianças (12), dia do professor (15) e o dia nacional do livro (29), reforçar a educação como importante pauta.

“Sou filha de uma professora de uma escola pública, de Goiânia, de um bairro muito pobre, e o que eu conheci e vivi foi ensinado pela dona Consuêlo [Maria Consuêlo Seabra] minha mãe, como professora. A vida da minha família mudou pela educação”, diz Dorinha, que acrescenta: “A educação transforma sim vidas, histórias, e pode transformar o nosso país”.

Fundeb

A deputada é relatora na comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa a PEC 15/15, que torna permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos

Profissionais da Educação (Fundeb).

O fundo é hoje o principal mecanismo de financiamento da educação básica, que vai da creche ao ensino médio. Equivale, segundo o Ministério da Educação (MEC), a 63% de tudo o que é investido nas escolas públicas do Brasil.

O dinheiro é usado para pagamento do salário dos professores e para ações de manutenção e desenvolvimento do ensino, como a construção de quadras de esportes, reforma de instalações físicas, aquisição de carteiras, computadores, televisores e outros equipamentos, entre outras ações.

A deputada defende a ampliação da contribuição da União nesse fundo, passando dos atuais 10% do Fundeb para 40%, gradualmente, até 2031. Essa proposta é criticada pelo Ministério da Educação (MEC),





que alega inviabilidade orçamentária e defende o aumento para 15% até 2026.

Dorinha enfatiza que o debate em torno do Fundeb não pode se restringir a percentuais. “A educação básica é muito mais do que isso. São quase 50 milhões de alunos e muitos que ainda estão fora da escola. Significa enxergar que temos escolas quilombolas, que precisam de tratamento diferenciado, é enxergar as aldeias indígenas, que querem e esperam educação e acreditam que ela pode melhorar a qualidade de vida, [enxergar] a educação organizada nas periferias das cidades grandes e também dos pequenos municípios”, enfatiza.

Fonte dos recursos

O presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, deputado federal Pedro Cunha Lima (PSDB-PB),

também defende mais recursos para educação, mas ressalta que é necessário apontar as fontes desses recursos.

“Nesse cenário de aperto fiscal, não basta defender mais recursos para educação. Além disso, tem que dizer de onde vai tirar. Tem que ter honestidade política de apontar onde está o excesso para que tenha debate com pé no chão”, diz.

O deputado é autor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 147/2019, conhecida como PEC dos Penduricalhos. A PEC altera o artigo 37 da Constituição Federal, acabando com acréscimos como auxílios creche, mudança, livro, aluguel, alimentação e outros, para agentes públicos que recebem mais de um quarto do salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal, ou seja, cerca de R\$ 10 mil.